Actualidad BRICS

Boletín de Relaciones Internacionales

Boletín n° 1 - Julio 2016

BRICS

NEAI

INSTITUTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS
E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
IPPRI / UNESP

INSTITUTO DE ESTUDIOS
POLITICOS ANDINOS

Investigación. Innovación. Desarrollo

ISSN:2519-7355

Contenido

Brasil

Um mês de governo interino no Brasil: um balanço da ação do Itamaraty 8

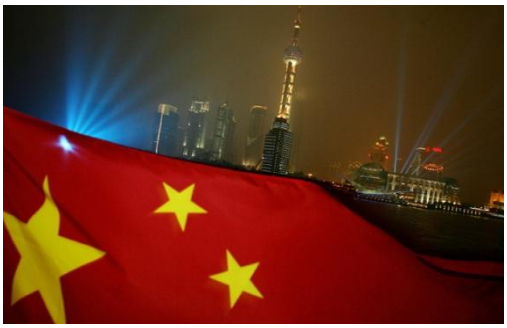
Rusia

Contemporary Russia and its challenges..... 16

India

India ratifies Trade Facilitation Agreement: Strengthening the WTO multilateral trade order 24

China



O caminho chinês de promoção do desenvolvimento: dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis 31

South Africa

The role of South Africa in regional trade blocs 39

Cronología

BRASIL 47

RUSIA 50

INDIA..... 52

CHINA..... 56

SOUTH AFRICA..... 58

INSTITUTO DE ESTUDIOS POLÍTICOS ANDINOS

www.iepa.org.pe
contacto@iepa.org.pe

NÚCLEO DE ESTUDIOS Y ANÁLISIS INTERNACIONALES
www.neai-unesp.org
neai@ippri.unesp.br

COORDINADOR IEPA
Anthony Medina Rivas Plata

COORDINADOR NEAI
Marco Aurélio Nogueira

COORDINADOR PROYECTO IEPA-NEAI
Arthur Murta

EDICIÓN
José Manuel Mejía Villena

DISEÑO
Roberth Orihuela Quequezana

INVESTIGADORES
Arthur Murta
Daniel Coronato
André Mendes Pini
Tainá Dias Vicente
Maira Fedatto
Aline Chianca Dantas
Francesca Mercurio
Natalia Fingermann

Julio -2016

Introducción

El Instituto de Estudios Políticos Andinos (IEPA) se complace en presentar su primer proyecto de investigación conjunto, esta vez con el Núcleo de Estudios y Análisis Internacionales (NEAI), el cual es un grupo creado en el marco del Programa de Postgrado San Tiago Dantas, conformado por tres Universidades brasileñas: UNESP, PUCSP y UNICAMP.

Nuestro objetivo es el de proseguir el trabajo que se ha venido realizando en los últimos anos, en el caso del IEPA con la publicación bimensual del Boletín 'Actualidad Internacional', cuyo último número fue lanzado en Noviembre de 2015; y en el caso del NEAI, con los diversos artículos e investigaciones que han venido realizando. En ese sentido, nuestras instituciones coinciden en la necesidad de hacer un seguimiento riguroso a la coyuntura externa de los países que conforman el bloque BRICS (Brasil, Rusia, India, China y Sudáfrica), entendiendo este trabajo no sólo como parte de sus respectivas agendas de investigación; sino también en el marco más amplio de las Políticas Exteriores de nuestros respectivos países. Para una potencia emergente como Brasil, el grupo BRICS ha servido como mecanismo para potenciar su acción e influencia exterior, poniéndolo al nivel de otros jugadores de primer orden en los asuntos internacionales. Del lado peruano, estimular las relaciones políticas y comerciales con los BRICS, especialmente con Brasil y China, ha sido una de las

prioridades de la Política Exterior Peruana de las últimas décadas. De igual manera, a nivel internacional y como respuesta a la crisis económica en los países que conforman bloques importantes como el G7 y la OECD, los BRICS han sabido posicionarse como el principal bloque de países 'emergentes' que plantea un modelo alternativo de negociación económica y gobernanza global. A pesar de tener amplias discrepancias en muchas ocasiones, los BRICS han sabido articular progresivamente una acción conjunta en algunos aspectos relativos al manejo de la economía internacional y a su visión del desarrollo social.

Por todo ello, esperamos que el presente trabajo esté a la altura de los retos planteados, estando siempre abiertos a sus comentarios y sugerencias.

Cordialmente,

Anthony R. Medina Rivas Plata

Gerente de Cooperación Internacional
Instituto de Estudios Políticos Andinos

amedina@iepa.org.pe

Fonte: Vermelho.org.br

Um mês de governo interino no Brasil: um balanço da ação do Itamaraty

Arthur Murta[1]

Daniel Coronato[2]

A difusa e profunda crise política brasileira, que se arrasta desde 2013, teve um novo capítulo com a recém-elevação de Michel Temer à condição interina de chefe de Estado e de Governo enquanto o processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff é decidido pelo Senado Federal do Brasil. A situação alimenta o contínuo quadro de tensão antecipado inicialmente com as grandes manifestações de junho de 2013 e reforçado com a turbulenta campanha presidencial de 2014, colocando as principais

[1] Doutorando em Relações Internacionais na Universidade de São Paulo (USP). Pesquisador do Núcleo de Estudos e Análises Internacionais (NEAI-Unesp). E-mail: arthurmurta@usp.br

[2] Doutorando em Relações Internacionais no Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas (Unesp, Unicamp, PUC-SP). Pesquisador do Núcleo de Estudos e Análises Internacionais (NEAI-Unesp). E-mail: daniel_coronato@hotmail.com

forças políticas e sociais em uma situação paradoxal de ação e contenção em meio a um compasso de espera acerca do desfecho do impasse atual. Assim como os outros ministérios, o Itamaraty teve seu comando alterado: saiu o chanceler Mauro Vieira e José Serra assumiu o posto. Nesse contexto, a partir das declarações oficiais do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, objetiva-se analisar os principais atos do governo em temas de política externa nesse período de transição e de efervescência da política interna.

Temer: o projeto em meio à crise

Ainda que o governo Temer, por ora, caracterize-se como interino, sua equipe tem se esforçado para acelerar reformas de cunho liberalizante, voltadas para acalmar os ânimos do mercado financeiro e da parcela da população que se declarava favorável ao *impeachment*. As propostas anunciadas, como a desindexação de gastos para setores sociais, o novo cálculo do orçamento limitados na inflação do período anterior e a diminuição do número de ministérios, procuram redimensionar a estrutura do Estado brasileiro, especialmente por se tratarem de mudanças que terão os resultados esperados nos próximos anos, porém, que influenciam pouco na crise fiscal atual. Não obstante, essas medidas abriram espaço para debates ainda mais polêmicos como a flexibilização dos direitos trabalhistas e reformas no sistema previdenciário.

O projeto de Temer e de seus aliados não é novo e já vinha sendo desenhado desde o final de 2015 – trata-se do programa "Uma ponte para o futuro", que contém as diretrizes do governo interino. Governo que, em seu âmago, acredita ter condições políticas para permanecer no poder até as eleições de 2018. O programa defende, além da diminuição do Estado e da maximização das parcerias com o setor privado, a criação de um governo de pacificação e unidade nacional. No entanto, completado um mês do governo interino, a governabilidade esperada pelas forças favoráveis ao impedimento de Dilma Rousseff não foi alcançada, em um período de sucessivas crises e revezes, especialmente após o envolvimento da alta cúpula do partido do presidente interino, o PMDB, em escândalos de corrupção e vazamentos de áudios que aparentemente denotavam tentativas de obstrução da justiça contra a operação Lava Jato.

Esse cenário tem levantando suspeitas na opinião pública acerca do compromisso da nova administração em permitir que as investigações de corrupção tenham continuidade sem interferências políticas. Ou seja, a crise política permanece: há uma escalada de acusações e de suspeitas que tem levado, sistematicamente, à queda de membros da equipe recém-empossada de ministros, numa sucessão de adversidades desde os primeiros dias de governo.

Em meio a um quadro complexo de constantes mutações, temperado com revelações diárias e novos fatos políticos que se assemelham a um

thriller de contornos incertos, Temer tenta costurar um concerto difícil com uma base de apoio difusa no Legislativo e com setores da sociedade que reivindicam transformações mais profundas do que seu capital político ainda parece dar conta. Além disso, a administração Temer tem lidado com as necessidades e requisições de parte substantiva daqueles que influíram no processo de impedimento da presidenta, em muitos casos contrariando a diretriz base de ajuste fiscal, gerando ruídos que abalam a estabilidade de um governo que ainda luta para se mostrar viável.

Nesse cenário de perturbações, a mudança na chancelaria conseguiu um improvável destaque, especialmente com a concorrência das graves matérias em pauta e do histórico de pouco destaque que os ministros de Relações Exteriores obtiveram no governo anterior. José Serra, político de vasta carreira política e candidato derrotado nas eleições presidenciais em duas oportunidades pelo PSDB (2002 e 2010), assumiu o ministério após quase duas décadas em que apenas diplomatas de carreira haviam sido nomeados para a gestão da pasta. A receptividade da sua indicação foi acompanhada de desconfiança de parte da sociedade e da Academia, por sinalizar, a priori, uma mudança nos matizes de inserção internacional que o Brasil vinha pondo em prática desde o governo Lula da Silva (2003-2010); por outro lado, foi visto como alguém capaz de injetar recursos em uma área da administração federal que vinha sendo tratada de forma marginal nos últimos anos, sofrendo agudos cortes de recursos que resultaram em atrasos para o funcionalismo no exterior e repasses para organismos internacionais.

Fonte: Wikipedia

Serra: a busca por projeção

O discurso de posse de José Serra na ocasião da transmissão de cargo de ministro das Relações Exteriores, no dia 18 de maio de 2016, sinalizou o tom que seria adotado dali por diante no que tange às declarações oficiais da chancelaria. Eminentemente político, Serra iniciou sua fala com um longo processo de reconhecimento de todas as autoridades presentes na cerimônia, entre ministros, deputados e senadores. A breve comparação com os três discursos de posse dos chanceleres do governo Dilma ajudam a entender as diferenças. Os discursos de Patriota (2011), de Figueiredo (2013) e de Vieira (2015), por exemplo, iniciavam com um agradecimento à presidenta pelo reconhecimento e pela honra de assumir o cargo, além de ser percebido um tom técnico característico da diplomacia brasileira. Não foi o caso do discurso de José Serra, que, por sua vez, sustentou o projeto denominado de "Delineamento da Nova Política Externa Brasileira", organizado em dez diretrizes, dispostas no quadro abaixo. Para cada diretriz, estabelecemos uma ou mais palavras-chave, visando comparar no Quadro 2 os quatro últimos discursos de posse dos ministros.

Quadro 1 – Diretrizes da nova Politica Externa Brasileira

1	"A diplomacia voltará a refletir de modo transparente e intransigente os legítimos valores da sociedade brasileira e os interesses de sua economia, a serviço do Brasil (...) e não mais das conveniências e preferências ideológicas de um partido político e de seus aliados no exterior". PALAVRAS-CHAVE: Valores; interesses.
2	"(...) defesa da democracia, das liberdades e dos direitos humanos em qualquer país, em qualquer regime político, em consonância com as obrigações assumidas em tratados internacionais e também em respeito ao princípio de não-ingerência". PALAVRAS-CHAVE: Democracia; direitos humanos; não-ingerência.
3	"O Brasil assumirá a especial responsabilidade que lhe cabe em matéria ambiental, (...) a fim de desempenhar papel proativo e pioneiro nas negociações sobre mudança do clima e desenvolvimento sustentável". PALAVRAS-CHAVE: Clima; desenvolvimento sustentável.
4	"Na ONU e em todos os foros globais e regionais a que pertence, o governo brasileiro desenvolverá ação construtiva em favor de soluções pacíficas e negociadas para os conflitos internacionais" PALAVRAS-CHAVE: ONU; conflitos internacionais.
5	"O Brasil não mais restringirá sua liberdade e latitude de iniciativa por uma adesão exclusiva e paralisadora aos esforços multilaterais no âmbito da Organização Mundial do Comércio,

	como aconteceu desde a década passada, em detrimento dos interesses do país". PALAVRAS-CHAVE: multilateralismo; OMC.
6	"(…) um acelerado processo de negociações comerciais, para abrir mercados para as nossas exportações e criar empregos para os nossos trabalhadores, utilizando pragmaticamente a vantagem do acesso ao nosso grande mercado interno como instrumento de obtenção de concessões negociadas na base da reciprocidade equilibrada". PALAVRAS-CHAVE: Comércio internacional.
7	"Um dos principais focos de nossa ação diplomática em curto prazo será a parceria com a Argentina, com a qual passamos a compartilhar referências semelhantes para a reorganização da política e da economia. (...) precisamos renovar o Mercosul, para corrigir o que precisa ser corrigido, com o objetivo de fortalecê-lo, antes de mais nada quanto ao próprio livre-comércio entre seus países membros (...) e continuar a construir pontes, em vez de aprofundar diferenças, em relação à Aliança para o Pacifico. Em relação ao México, será prioritário aproveitar plenamente o enorme potencial de complementaridade existente entre nossas economias e hoje das nossas visões internacionais." PALAVRAS-CHAVE: Argentina; Mercosul; Aliança do Pacífico.
8	"(…) ampliar o intercâmbio com parceiros tradicionais, como a Europa, os Estados Unidos e o Japão. A troca de ofertas entre o Mercosul e a União Europeia será o ponto de partida para avançar na conclusão de um acordo comercial que promova maior expansão de comercio e de investimentos recíprocos". PALAVRAS-CHAVE: Estados Unidos; Japão; Acordo Mercosul-UE.
9	"Será prioritária a relação com parceiros novos na Ásia, em particular a China (...) e a Índia. Estaremos empenhados igualmente em atualizar o intercâmbio com a África (...). Nesse sentido, a solidariedade estreita e pragmática para com os países do Sul do planeta terra continuará a ser uma diretriz essencial da diplomacia brasileira. Essa é a estratégia Sul-Sul correta, não a que chegou a ser praticada com finalidades publicitárias, escassos benefícios econômicos e grandes investimentos diplomáticos". PALAVRAS-CHAVE: China; Índia; Sul-Sul.
10	"Nas políticas de comércio exterior, o governo terá sempre presente a advertência que vem da boa análise econômica, apoiada em ampla e sólida consulta com os setores produtivos." PALAVRAS-CHAVE: Comércio exterior; setores produtivos.

Fonte: Elaboração própria, com base em DISCURSO *(2016)*

A partir da análise comparada com os discursos proferidos na posse dos três chanceleres do governo Dilma, elaborou-se o quadro a seguir, em que se verifica a presença das diretrizes sustentadas por Serra nas falas anteriores.

Quadro 2 – Presenca das palavras-chave destacadas no discurso do Jose Serra e nos discurssos de posse durante o governo Rouseff

Palavras-chave: Serra (2016)	Patriota (2011)	Figueiredo (2013)	Vieira (2015)
Valores; interesses.	√	-	√
Democracia; direitos humanos; não-ingerência.	√	-	-
Clima; desenvolvimento sustentável.	√	√	√
ONU; conflitos internacionais.	-	-	-
Multilateralismo; OMC.	√	-	√
Comércio internacional.	√	-	√
Argentina; Mercosul; Aliança do Pacífico.	√	-	-
Estados Unidos; Japão; Acordo Mercosul-UE.	√	-	-
China; Índia; Sul-Sul.	√	-	√
Comércio exterior; setores produtivos.	-	-	√

Fonte: Elaboração própria, com base em DISCURSO (2016); DISCURSO (2015); DISCURSO (2013); DISCURSO (2011).

Longe da ambição de estabelecer uma análise criteriosa dos discursos mencionados em perspectiva comparada, os dois quadros permitem inferir que os temas elucidados no discurso de posse de José Serra já são velhos conhecidos na retórica diplomática brasileira. Contudo, mais uma vez, a diferença concentra-se no tom adotado. Em todas as diretrizes, Serra busca superar as críticas mais recorrentes na mídia e recordadas pela opinião pública durante os governos Lula e Dilma (2003-), que versam por uma suposta ideologização da política externa, voltadas às alianças com países ditos bolivarianos (a

exemplo da Venezuela, Equador e Bolívia), dentro de um paradigma de solidariedade internacional que cede nas negociações com os países menos favorecidos. Nesse sentido, a

retórica adotada durante seu período enquanto for chanceler parece ser o principal elemento de jogo, dentro de sua expectativa de projeção, não só da política externa, como também pessoal. Vale recordar que Serra é um potencial candidato para disputar as eleições presidenciais de 2018, assim, as ações no Itamaraty poderão servir de portfólio para a sua campanha política.

No que tange as ações específicas nesse período, antes mesmo desse primeiro pronunciamento oficial analisado acima, o Ministério de Relações Exteriores emitiu três notas (Nota 176, Nota 177 e Nota 179) que rechaçavam todas as declarações da comunidade internacional que questionavam o processo político de *impeachment* em andamento no Brasil. Com um tom além do esperado, destaca-se o teor na nota destinada ao governo de El Salvador, que suspendeu contatos oficiais com o Brasil após a subida de Michel Temer ao poder. Observa-se, ainda, que o governo interino Temer até hoje não recebeu congratulações nem reconhecimento oficial por parte de nenhuma nação sul-americana. Contudo, se há um grupo de países que defende a tese que se vive no Brasil um cenário de ruptura da ordem democrática (Bolívia, Cuba, El Salvador, Equador e Nicarágua), outros já declararam acreditar no poder das instituições brasileiras de resolver os entraves políticos internos (Argentina e Colômbia).

Esse contexto explica porque a primeira viagem internacional de José Serra foi à Argentina. Junto à sua contraparte Susana Malcorra, o chanceler interino buscou fomentar o já existente mecanismo de coordenação política bilateral, além de buscar respaldo internacional para o governo vigente. Além disso, a relação entre os dois países está no centro de uma possível revitalização e reestruturação do Mercosul, uma das bandeiras levantadas pelo partido de Serra, o PSDB, durante as eleições presidenciais de 2014. A Argentina acompanha com atenção e cautela o desenrolar do processo político interno, dado que sua economia está em grande medida atrelada ao Mercosul e ao Brasil em particular.

Considerações finais

Pela definição de Pinheiro (2004), a política externa se caracteriza como um conjunto de ações e de decisões de um ator em relação a outros atores externos – Estados, organizações internacionais, multinacionais etc., formuladas dentro de um espectro de oportunidades e de demandas de natureza doméstica e/ou internacional. Ou seja, é uma política centrada em ideias e interesses e que, no caso brasileiro, historicamente esteve ligada à busca pela autonomia. Nesse sentido, ainda é cedo para falar em "nova" política externa. Todavia, percebe-se um desejo muito claro da chancelaria comandada e personificada na figura de José Serra em centrar a ação externa do Itamaraty em temas de comércio. Seguindo a lógica de "falar o que a população quer ouvir", a chancelaria deve continuar priorizando a agenda econômica, tema sempre bem-vindo pela opinião pública em um cenário de crise.

No entanto, algumas posturas devem ser cuidadosamente acompanhadas pelos analistas nas semanas que se seguem. Recentemente, o Itamaraty divulgou em nota à imprensa que pretende revisar o voto favorável à decisão sobre o patrimônio cultural dos Territórios Ocupados durante a 199ª Sessão do Conselho Executivo da UNESCO, caso algumas "deficiências" apontadas na proposta não sejam sanadas. Ademais, uma crise de grande envergadura parece estar prestes a eclodir na Venezuela e o governo brasileiro, por ora, tem emitido notas afirmando apenas que "acompanha com atenção" o desenrolar político em tal país. Nesse momento, mais do que o projeto de um grupo político, toda uma tradição diplomática está em jogo.

Referencias

DISCURSO do Ministro Antonio de Aguiar Patriota por ocasião da cerimônia de transmissão do cargo de Ministro de Estado das Relações Exteriores – Brasília, 2 de janeiro de 2011. Disponível em: http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/ministro-das-relacoes-exteriores-discursos/4572-discurso-do-ministro-antonio-de-aguiar-patriota-na-cerimonia-de-transmissao-do-cargo-de-ministro-de-estado-das-relacoes-exteriores Acesso em: 17 jun. 2016

DISCURSO do ministro José Serra por ocasião da cerimônia de transmissão do cargo de ministro de estado das Relações Exteriores – Brasília, 18 de maio de 2016. Disponível em: http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/14043-discurso-do-ministro-jose-serra-por-ocasiao-da-cerimonia-de-transmissao-do-cargo-de-ministro-de-estado-das-relacoes-exteriores-brasilia-18-de-maio-de-2016 Acesso em: 17 jun. 2016.

DISCURSO do Ministro Luiz Alberto Figueiredo Machado por ocasião da cerimônia de posse do Ministro de Estado das Relações Exteriores – Brasília, 28 de agosto de 2013. Disponível em: http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/ministro-das-relacoes-exteriores-discursos/4539-discurso-do-embaixador-luiz-alberto-figueiredo-machado-na-cerimonia-de-posse-do-ministro-de-estado-das-relacoes-exteriores-palacio-do-planalto-28-de-agosto-de-2013 Acesso em: 17 jun. 2016.

DISCURSO do Ministro Mauro Vieira por ocasião da cerimônia de transmissão do cargo de Ministro de Estado das Relações Exteriores – Brasília, 2 de janeiro de 2015. Disponível em: http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/ministro-das-relacoes-exteriores-discursos/6398-discurso-de-sua-excelencia-o-senhor-embaixador-mauro-luiz-iecker-vieira-por-ocasiao-da-cerimonia-de-transmissao-do-cargo-de-ministro-de-estado-das-relacoes-exteriores Acesso em: 17 jun. 2016.

PINHEIRO, L. (2004). *Política externa brasileira (1889-2002)*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar.

MAP 1

Source: Heritage.org

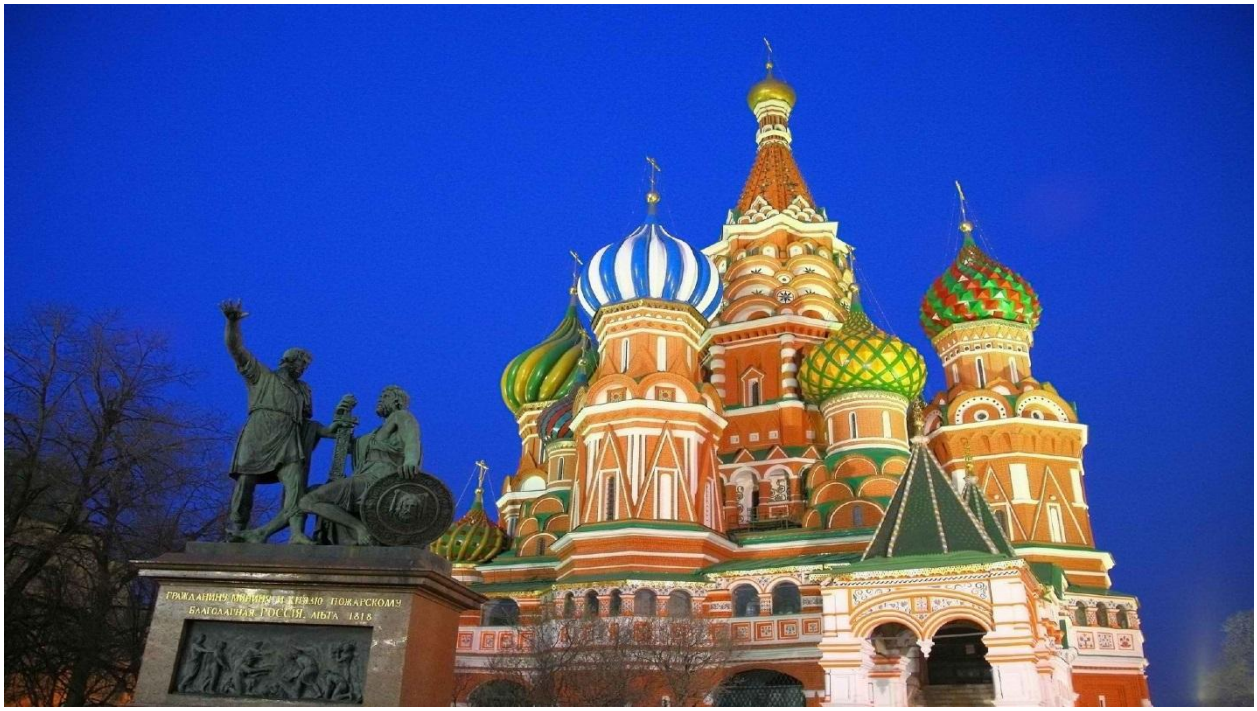
Contemporary Russia and its challenges

André Mendes Pini[3]

Russia still plays an essential role in any issue involving global peace and security. Likewise, the multitude of elements that steer Russian relations with the West is an evidence that the contemporary multipolar order is more uncertain and multidimensional than in the past century. When analyzing the shift on Russian foreign policy, one must take into account both the growing quarrel with the

[3] André Mendes Pini holds a Master Degree in International Relations from the Universidade de Brasília (UnB) and is currently a lecturer at the Centro Universitátio Senac in Sao Paulo and researcher of the Núcleo de Estudos e Análises Internacionais (NEAI).

West and the domestic economic and political crisis. While the 2016 NATO Summit agenda includes plans to enhance NATO's defensive and deterrent presence in Poland and other countries on its eastern flank, it is able to perceive a fundamental shift within the foundations of legitimacy and support for Putin's government. Even though Russia's relations with the West, in general, faces a ticklish moment, there are still fronts of cooperation and common interests on the international agenda. Therefore, successfully addressing Russia's relations with the West would bring mutual economic and political benefits, reintegrating the Russians to global markets and enhancing their cooperation on sensitive issues of the international agenda.



Source: Gotravelaz.org

Contemporary Russia and its challenges

The current international relations landscape suggests a greater focus on new actors and non-traditional agenda. For instance, defense and security studies are mainly concerned with the so-called "new threats", which challenge the State´s role as the main global actor. However, amid this increasingly complex and diffuse global scenario, the Russian Federation still plays a great role in reminding us that, in fact, traditional actors and agendas represent the central core of international relations. In this sense, there is a need to analyze the growing rivalry between Russia and the West, concerning particularly the politics surrounding the North Atlantic Treaty Organization (NATO).

The 2016 NATO Summit will take place in Warsaw in July. This Polish city, once headquarters of the treaty which gathered the Eastern Bloc in its dispute against the capitalist countries during the second half of the twentieth century, will host a meeting with its former antagonists. The Summit's agenda includes enhancing NATO's defensive and deterrent presence in Poland as well as in other countries in the region. Although the architecture of the international order has profoundly changed, the twenty-first century still maintains some of the same actors, themes and places that have led the twentieth century agenda.

The unique features of the dawn of the 21st century are expressed precisely by its systemic display, which shows the relatively lower role that Russia plays among great global powers. The collapse of the Soviet Union still casts a long shadow upon Russia's domestic policy, as Russian pundits have frequently compared the end of the Cold War as the equivalent of what the Versailles Treaty meant to the Germans, an inexhaustible source of humiliation and resentment (Aron, 2016). Indeed, Vladimir Putin has addressed the Soviet downfall in 2005 as "the greatest geopolitical catastrophe of the twentieth century" (Treisman, 2016; McFaul, 2016). Since then eleven years have passed by, nevertheless Putin has been able to remain in power, either as the Prime Minister, or as the President, establishing himself as one of the most iconic political leaders in international politics. To understand Russia's current international strategy, one must necessarily comprehend its domestic politics.

Corruption scandals have affected credibility of the 2012 elections, in which Vladimir Putin was elected. Election process has raised several questions about fraudulent procedures, jeopardizing the grim democratic practice in the Russian Federation. Civil opposition to Putin has flourished within social networks, and the largest wave of popular riots has elicited throughout the country, since the final months of the USSR (McFaul, 2014). Moreover, given the consequences of the "Color Revolutions" and the "Arab Spring", the government alongside state media has repressed not only protesters, but also the US government, which was accused of sponsoring the opposition groups (McFaul, Op. Cit.). Despite the historical relevance of this wave of riots, this movement did not amount to an actual opposition to face the elected president (Lipman, 2016).

When evaluating the reorientation promoted in Russia to an active foreign policy one should ponder about Putin's project to defuse political instability in the country as a key point that led Russia to its "iron fist" stance before international events. Hence, the annexation of Crimea in 2014 is portrayed as a milestone for that matter (Karagonov & Lukyanov, 2016).

Russia's turmoil has worsen since the fall of oil barrel prices - from $ 100 in 2014 to $ 30 in 2016 – which constrained an economy already shaken and isolated from global markets by the sanctions imposed by the

European Union and the United States since the annexation of Crimea. Moreover, Russian GDP shrank 4% in 2015 and the IMF forecasts a further one percent decline in 2016, meaning Russia's economy is going through its worst slump since the 1990s (Guriev, 2016). The need for structural reform indicates to liberalization and the reduction of the intervening role of the State, but this type of reform bogged down in government´s reluctance, as Putin often resorts to authoritarian measures to remain in power. Moreover, the last major economic reform undertaken in the country - Gorbachev's *perestroika* - is still a trauma to Russian society.

Regarding the Russian domestic economic and the political crisis, one might be able to perceive a fundamental shift in Putin´s support and legitimacy, which has once been sponsored by an average growth of 7% GDP per year between 1999 and 2008. The current situation, though, shows that Putin's legitimacy has been rooted in the "patriotic mobilization" around the West antagonism narrative (Aron, 2016). This conjecture boosts an increasingly cult of Putin's personality, associating his image to the State itself and legitimizing his growing authoritarianism.

When analyzing the shift in Russian foreign policy, it must be taken into account the growing quarrel with the West, expressed way before the sanctions imposed in 2014. The increasing rivalry is a result of the expansion of European Union as well as NATO military bases in Eastern Europe - and consequently to the Russian borders - which has taken place since 2004. The entrance of the Czech Republic, Hungary, Poland, Bulgaria, Estonia, Lithuania, Romania, Slovakia and Slovenia to both institutions, EU and NATO, has represented a grim regional scenario to Russia, as they incorporated members of the former Union of Soviet Socialist Republics and its satellite countries to the Western institutional scope. Consequently, Western's expansion towards its eastern flank extended systematically Kremlin's distrust of the West over the past decade.

Over the last few years, Western countries witnessed the unwillingness of Russian Federation to tolerate their attempts to co-opt the countries that orbit Russia's "sphere of privileged interests", as Dmitry Medvedev coined (McFaul, Op. Cit.). Estonia and Latvia represented, in fact, the approach of the West to the Russian borders, however, the trigger of backslide on Russian relations with Western Europe was the flirtation with Georgia and Ukraine. Those countries were protagonists of the Pink and Orange Revolution, respectively, and when NATO included them in its expansion plan, the Kremlin has taken a pre-emptive move. The Russian retaliation was the invasion of Abkhazia and South Ossetia in 2008, resulting in a partial victory for Moscow, given that NATO has decided not to carry forward the accession of Georgia and Ukraine to the coalition (Treisman, Op. Cit.). Furthermore, with the fall of Ukrainian President Yanukovych and the rise of pro-Western groups in Ukraine in 2014, Putin took one of

his boldest decisions as President of the Russian Federation: The annexation of Crimea.

There are two perspectives surrounding the debate on the Russia foreign policy. One group of researchers understands that Russian foreign policy is revisionist, as the country attempts to project power and restore the USSR international role, guided by an authoritarian leader whose legitimacy is at stake (Walt, 2015). The other group claims that the unbridled western expansion to the East has posed, in fact, an objective threat to Russia, whose natural defensive reaction merely seeks to maintain their country's safety (Mearsheimer, 2014). The fact is, though, that Eurasia's regional stability has been increasingly threatened, which may jeopardize international security and hark back to the classical strains of the Cold War.

As Robert Jervis (1976) elucidated in his book "Perception and Misperception in International Relations" and Stephen Walt (2015) pointed out in his analysis of the Ukraine crisis, aggressive acts which stem from expansionist designs should indeed be answered by credible threats in the same proportion and demonstration of power, so the potential aggressor is deterred from pursuing its irrevocably revisionist aims. By contrast, when state seemingly aggressive policy is motivated primarily by fear or insecurity it must be answered with diplomacy and appeasement, in order to reduce the perceived imminent threat. The challenge, however, is the correct assessment of the source of the hostile acts, given that applying the wrong response model tends to fail badly. In this sense, a diplomatic response to expansive belligerent actions encourages the aggressors to keep up with their hostile acts, while threatening and trying to deter or coerce States moved by insecurity will only reinforce their fears and consequently make them even more aggressive (Jervis, Op. Cit.; Walt, Op. Cit.).

The Warsaw NATO Summit signals a continuous expansion eastward as a way of deterrence, reasserting the shift on NATO's main scope, which has focused mostly outside Europe since the 1990s. Nowadays, however, the emphasis of the coalition moves back to the European continent, especially because of the perception of threat posed by Russia (Breedlove, 2016). Therefore, the Western option of expanding NATO towards Eastern Europe signals to an assessment based on the hypothesis that Vladimir Putin is a "relentless aggressor who is trying to recreate something akin to the old Soviet empire" (Walt, Op. Cit.).

Source: Nato.int

According to the Secretary General of NATO, Jens Stoltenberg, the Warsaw Summit will discuss the bolstering of military forces in Poland and the Baltic countries by "enhancing a forward presence in the Eastern part of the Alliance, and projecting stability beyond NATO's borders." Likewise, both the EU and the US have already taken steps towards this since the end of 2014. After the Crimean crisis, NATO has tripled its military forces in the Baltic, expanding its troops to about 40,000 soldiers. The US has also allocated US$ 1.8 billion to the "European Reassurance Initiative" in the past two years and intends to grow this figure to US$ 3.4 billion by 2017 to promote joint military exercises and military apparatus allocation in the Eastern Europe region (Breedlove, Op. Cit.)

Whether NATO's strategic decision will boost Putin to seek new conflictive and autocratic actions remains to be seen. The threatened Bear may adopt policies to consolidate the Russian position at the international level and to divert the focus of its domestic conundrum. According to Lipman (Op. Cit.), Putin's popularity after the invasion of Ukraine raised to stratospheric levels, remaining above 80% since then. Blaming the West for the country economic crisis, while enhancing military fronts in order to extol the role of Putin as an iconic leader is an old strategy to gather support during periods of crisis, and the West seems to insist on providing the means to Putin develop his own glorious narrative.

Even though Russia's relations with the West, in general, faces a ticklish moment, there are still fronts of cooperation and common

interests in the international agenda. Bilateral Russian-American relations, for instance, have taken important steps in the last decade, such as the signing of the New START (Strategic Arms Reduction Treaty), the accession of Russia to the WTO, and the imposition of sanctions on Iran through the UN Security Council (McFaul, Op. Cit.). More recently, during the Russian intervention in the Civil War in Syria, Russia and the US jointly announced a statement pledging to "achieve a peaceful settlement of the Syrian crisis with full respect for the fundamental role of the United Nations". Both countries have devised a successful plan to eliminate chemical weapons of the Assad regime, and thrived to establish the terms of a ceasefire involving different parts of the conflict (Lukyanov, Op. Cit.).

It is a fact that Russia still plays an essential role in any issue involving global peace and security. Likewise, the multitude of elements that steer Russian relations with the West is evidence that the contemporary multipolar order is more uncertain and multidimensional than in the past century. The disagreement about what is left of the Soviet legacy to Russia in the contemporary world still shapes the rivalry between the Kremlin and the West. The tension between them stems from analyses that oscillate between Russia's inability to adapt to the liberal international order and Western attempts to subordinate Russia and avoid it from rising once more (Lukyanov, Op. Cit.).

Successfully addressing Russia's relations with the West would certainly bring mutual economic and political benefits, reintegrating the Russians to global markets and enhancing their cooperation in sensitive issues of the international agenda, as it has happened in the case of the Syrian war. Despite the uniqueness of today's international order, the anachronistic logics of Russia-West relations still seem to reflect the anarchic designs of the twentieth century, where mistrust and rivalry prevails and both sides tend to lose.

References

Aron, L. (2016). Playing the Tic-Tac-Toe with Putin: Why the United States has no hope of stopping the war in Syria. Foreign Policy. Available at http://foreignpolicy.com/2016/06/10/playing-tic-tac-toe-with-putin-russia-united-states/ Accessed on 15 Jun 2016.

Breedlove, P. M. (2016). NATO's next act. Foreign Affairs. Available at https://www.foreignaffairs.com/articles/europe/2016-06-13/natos-next-act Acessed on 15 Jun 2016.

Jervis, R. (1976). Perception and Misperception in International Relations. New Jersey: Princeton University Press.

Guriev, S. (2016). Russia's Constrained Economy: How the Kremlin Can Spur Growth. Foreign Affairs. Available at https://www.foreignaffairs.com/articles/russia-fsu/2016-04-18/russias-constrained-economy Accessed on 16 Jun 2016.

Lipman, M. (2016). How Putin Silences Dissent. Foreign Affairs. Available at https://www.foreignaffairs.com/articles/russia-fsu/2016-04-18/how-putin-silences-dissent Acessed on 15 Jun 2016.

Lukyanov, F. (2016). Putin's Foreign Policy. Available at https://www.foreignaffairs.com/articles/russia-fsu/2016-04-18/putins-foreign-policy Accessed on 15 Jun 2016.

Mearsheimer, J. (2014). "Why the Ukraine Crisis Is the West's Fault" Foreign Affairs, Vol. 93 No. 5. Available at http://mearsheimer.uchicago.edu/pdfs/Ukraine%20Article%20in%20Foreign%20Affairs.pdf Accessed on 16 Jun 2016.

McFaul, M. (2016). Faulty Powers: Who Started the Ukraine Crisis? Moscow's choice. Foreign Affairs, Vol. 93 No. 6. 2014. Available at https://www.foreignaffairs.com/articles/eastern-europe-caucasus/2014-10-17/faulty-powers Accessed on 15 Jun 2016.

Treisman, D. (2016). Why Putin Took Crimea? Foreign Affairs. Available at https://www.foreignaffairs.com/articles/ukraine/2016-04-18/why-putin-took-crimea Accessed on 16 Jun 2016

Walt, S. (2015). Why Arming Kiev is a Bad Idea. Foreign Policy. Available at http://foreignpolicy.com/2015/02/09/how-not-to-save-ukraine-arming-kiev-is-a-bad-idea/ Accessed on 17 Jun 2016.

Source: Elections.in

India ratifies Trade Facilitation Agreement: Strengthening the WTO multilateral trade order

Tainá Dias Vicente[4]

Maira S. Fedatto[5]

Recent negotiations on international trade agreements have brought the attention to how international commercial relations are changing driven by two different means. On one side, there are the attempts to settle plurithematic new arrangements, led by developed countries, particularly the United States. On

[4] MSc in International Relations for the PPGRI San Tiago Dantas (Unesp, PUC/SP, Unicamp).

[5] PhD candidate in International Relations for the University of São Paulo (USP).

the other side, there is the establishment of new agreements inside the institutionalized order. The Trans Pacific Partnership[6] (TPP) and Transatlantic Trade and Investment Partnership[7] (TTIP) are examples of the first one. The Trade Facilitation Agreement[8] (TFA), is an example of the second. We suggest here an analysis of the Indian role confronting this scenario.

After years opposing the TFA, on April 22nd India delivered the country's ratification to the Director-General of the World Trade Organization (WTO), Roberto Azevedo. The Indian Minister of State for Commerce and Industry, Nurmala Sitharaman, said that this will help reduce costs and improve trade flows for the country, generating economic growth. Despite India's request for extra-time to make the domestic changes needed to implement the agreement, Delhi ratifies it and sends a strong message enhancing the multilateral sphere, in which the country has always played an important role.

Looking at the ratification process in India *per se* would not clarify the understanding of this action's significance. According to the Indian Constitution, the executive power has the right to make agreements without formally discussing it through Parliament. For this reason it not easy to trace the domestic discussion on international decisions before they are made. Moreover, foreign policy is not usually in the spotlight of public debate in India. The Union Cabinet approved the TFA on February and a National Committee on Trade Facilitation was established to work on the implementation of the facilitation measures. It is possible that from now on, that laws are to be produced so this agreement is implemented, we will be able to perceive better the different opinions on this topic.

Moreover, one could argue that a shift on the administration orientation caused by the 2014 general elections is enough to explain the TFA approval. This element cannot be discarded. The changing of the majority of the Parliament, from a coalition led by the Indian National Congress Party – a protectionist party – to one led by Bharatiya Janata Party (BJP) – an economically liberal party – in 2014 would definitely count as a relevant component. Taking this into account, we would like to drive the attention to the external constraints that might have weighted in favor of the ratification.

[6] TTP is an agreement among the United States, Canada, Mexico, Peru, Chile, Japan, Malaysia, Vietnam, Singapore, Brunei, Australia and New Zealand. According to the description on the United States Trade Representative website, TPP: "writes the rules for global trade—rules that will help increase Made-in-America exports, grow the American economy, support well-paying American jobs, and strengthen the American middle class".

[7] TTIP is an agreement between the European Union and the United States on trade and investment.

[8] TFA is an agreement to improve global trade and is "the first multilateral trade agreement to be concluded since the WTO was established 20 years ago. Once it enters into force, the Agreement is expected to reduce total trade costs by more than 14 per cent for low-income countries and more than 13 per cent for upper middle income countries by streamlining the flow of trade across borders." (WTO, Trade Facilitation Agreement). The TFA agreement was launched in 2004 under the Doha Round Agenda, but the consensus was reached only on December 2013, at the Bali Ministerial Conference. The TFA has not entered into force yet, as it requires two thirds of the 162 members to deposit their ratification. This indicates that, by now, this is 26 ratifications far from happening.

A reasonable cause for India to take so long to ratify the TFA, considering the multilateral sphere, is the bargain for a resolution on agriculture at Doha Round. Surrendering to accept the TFA would leave India without a bargaining chip to bring the food subsidy topic to the WTO table. Not only India, but developing countries had fought diversely against developed countries agricultural protectionism and opposition to least development countries food security policies. The Agreement on Agriculture is not a consensus among the developing countries, but it was a negotiation advantage on their side.

Source: supplychain247.com

The Nairobi Ministerial Conference, last December, might have had an important turn over effect on this previous decision. Some may say the Conference was closed with a historical agreement, some may not. The Nairobi package includes commitments to extinguishing agriculture export subsidies (WT/MIN(15)/45) and preferential treatment for least developed countries (WT/MIN(15)/43). On the other hand there are analysts pointing to the lack of consensus on the continuation of Doha Round and the clear articulation by the developed countries not to see the Doha Round any more as an allegation of the of the Doha Round (The Hindu, 2015).

What is central is that India decided not to isolate. They preferred to agree on TFA than let the Doha Round and WTO decease. Such

an international channel not working in its best performance is better than none. The words from The Indian Express Editorial (2015) helps to elucidate our point: "The perceived setbacks apart, India has stakes in a multilateral trading system, notwithstanding the spate of regional trade agreements. A rules-based system has much more to offer".

While in Brazil experts are investing significant time in measuring the losses of not making a forefront commercial foreign policy, it would be interesting to consider that the understanding of what is to be in forefront

may not be a common sense. A lot is been said about the decline of the established multilateral trade order, illustrated by the few accomplishments of the Doha Round after almost fifteen years and by the WTO inability to manage the global trade challenges. However, it is a fact that the existing institution, which has advanced since the General Agreement on Tariff and Trade (GATT), is a better battlefield because it is a known one.

It is reasonable to state that the global trade is being reshaped by the recently negotiated mega-trade agreements. They are modern as they include topics on service, investment, government procurement, labor laws and environment. These agreements are no longer concerned only to eliminating tariffs; they are mainly designed to achieve regulatory convergence between the signatories' members.

As part of both, TPP and TTIP, the United States is taking the lead in this process and one way to interpret that is that it is a means to undermine the existing WTO system in favor of a new and more convenient one. We would not reduce the analysis to this interpretation, but it is a good point to consider. Though, it is more interesting to call the attention to the effects of these new elements towards the status quo.

Source: Indian Ministry of Trade

Among some particularities, the TFA aims at creating a more efficient global commerce, diminishing bureaucracy and, more ambitiously, detaining corruption with less formalities and more transparency on the everyday affairs. Some say that the importance of this agreement is to bring back some of the founding points of the WTO, improving "relevant aspects of Articles V, VIII and X of the GATT 1994" (WTO Work Plan, 2004). In other words, it restores the principles of free transit, trade simplification and effective communication of the commerce rules. Furthermore, it renovates the existing institution.

Some may raise compelling questions on all these idealistic principles, but it is necessary to state that the institutionalized order established years ago may possibly prove valuable, therefore, most of the countries in the world have voice there, what makes it a diverse and representative institution. The TFA is a sign of a willingness to play by the rules and to improve the global trade. Although it was proposed by the developed countries, the agreement was extensively debated and takes into consideration the different stage of the least developed and the developing countries and estipulate transitional period for assistance and support for capacity building.

As soon as it enters into force, it will be possible to judge better the transformation capacity of the agreement. Additionally, as De (2014) points out, there is a real need of development organizations to support TFA, to equalize conditions of the least developed countries, like the Asian Development Bank, World Bank, UNESCAP and SAARC Secretariat.

To summarize, considering the scenario above described, India made the best possible move in the global trade order. Beyond the potential economic gains with the TFA on goods, India strengthens the WTO and ends up bringing to the table an opportune proposal, the TFA on services. The announcement was made just after the Ministrer Sitharaman attended the Organization for Economic Co-operation and Development (OECD) meeting in Paris, in June. The country intends that this TFA helps to ease international flows of services, temporary movements of software and consulting professional. As India relies on a service-based economy, responsible for 60% of its GDP, Delhi has a lot more to benefit from TFA on services, such as it has from a reinvigorated WTO.

References

De, Prabir (2014). WTO Trade Facilitation Agreement – Concerns and Issues. *Economic and Political Weekly*, XLIX (28) 16-18.

World Trade Organization Webpage. Ratification List. Access: http://live-wtotfaf.pantheonsite.io/ratifications

WTO (2004). Text of the 'July package' — the General Council's post-Cancún decision. Access: https://www.wto.org/english/tratop_e/dda_e/draft_text_gc_dg_31july04_e.htm#annexd

Ranjan, R. (2014). Reasons vs. Principles: India at the WTO. *The Diplomat*. Access: http://thediplomat.com/2014/07/reasons-vs-principles-india-at-the-wto/

Gursahani, Harsh Hiroo (2015, dec. 17). India must not be made a scapegoat if the WTO fails to deliver in Nairobi. *Quartz India*. Access: http://qz.com/576348/india-must-not-be-made-a-scapegoat-if-the-wto-fails-to-deliver-in-nairobi/

The Indian Express (2015). *Nairobi setback*. Access: http://indianexpress.com/article/opinion/editorials/nairobi-setback/

S, Arun (2015). Government to respond to WTO's 'Nairobi package' in Parliament. The Hindu. Access: http://www.thehindu.com/business/Industry/wto-nairobi-meeting-government-to-respond-to-wtos-nairobi-package-in-parliament/article8011127.ece

WTO. Trade Facilitation Agreement – Easing the flow of goods across the borders. Access: https://www.wto.org/english/thewto_e/20y_e/wto_tradefacilitation_e.pdf

WTO (2015). Ministerial Conference Tenth Session Nairobi, SPECIAL SAFEGUARD MECHANISM FOR DEVELOPING COUNTRY MEMBERS MINISTERIAL DECISION OF 19 DECEMBER 2015.

WTO (2015). Ministerial Conference Tenth Session Nairobi, EXPORT COMPETITION MINISTERIAL DECISION OF 19 DECEMBER 2015.

The Hindu (2015). Editorial. An Opportunity missed at Nairobi. Access: http://www.thehindu.com/opinion/editorial/editorial-on-wto-meeting-in-nairobi-an-opportunity-missed-at-nairobi/article8022370.ece

Government of The United States of America. USTR, What is TPP. Access: https://ustr.gov/tpp/#what-is-tpp

Government of India (2016). Press Information Bureau. *Cabinet approves Trade Facilitation Agreement (TFA)*. Access: http://pib.nic.in/newsite/printrelease.aspx?relid=136486

The Economic Times (2016). *Proposal for ratifying trade facilitation agreement of WTO approved by Cabinet*. Acess: http://economictimes.indiatimes.com/news/economy/foreign-trade/proposal-for-ratifying-trade-facilitation-agreement-of-wto-approved-by-cabinet/articleshow/51031705.cms

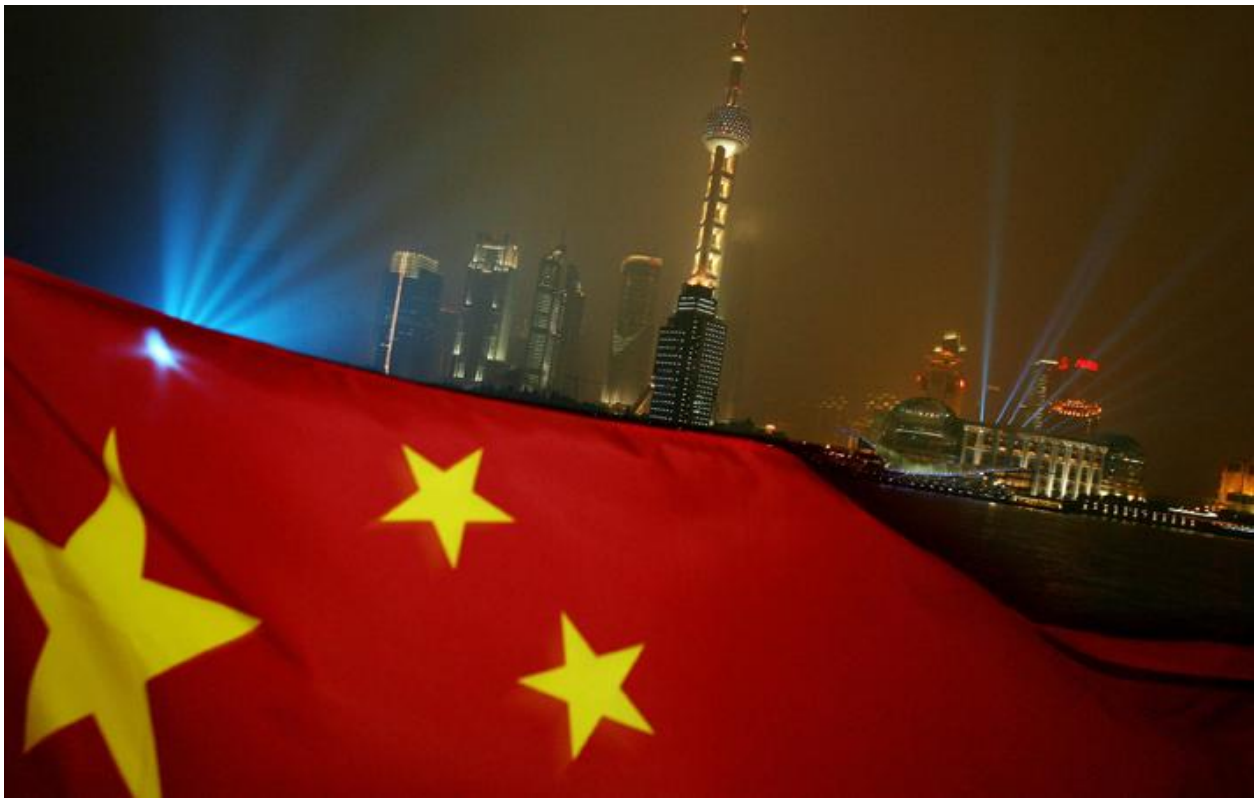
Live Mint (2016). India's failed diplomacy at the WTO. Access: http://www.livemint.com/Opinion/cQ6ITXsJ1BZYqVcRThZHVP/Indias-failed-diplomacy-at-the-WTO.html

The Times of India (2016). India ratifies TFA pact of WTO. Access: http://timesofindia.indiatimes.com/city/delhi/India-ratifies-TFA-pact-of-WTO/articleshow/52109379.cms

The Hindu (2016). India to submit services trade plan to WTO. Access: http://www.thehindu.com/business/I

ndustry/india-to-submit-services-trade-plan-to-wto/article8701713.ece

The Indian Express (2016). ***India soon to place trade facilitation agreement bid before WTO.*** **Access: http://indianexpress.com/article/business/business-others/india-soon-to-place-trade-facilitation-agreement-bid-before-wto-2840255/**



Fonte: Nato.int

O caminho chinês de promoção do desenvolvimento: dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis

Aline Chianca Dantas[9]

Este breve artigo tem o objetivo de mostrar os passos percorridos e os caminhos a serem seguidos pela China na promoção do desenvolvimento, por meio de um olhar sobre

[9] Doutoranda em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília –UNB.

os objetivos de desenvolvimento do milênio (ODM) e os objetivos de desenvolvimento sustentáveis (ODS) da ONU. Nesse sentido, serão delineados os avanços e desafios chineses na consecução dos ODM, tomando como base especialmente o relatório elaborado pela ONU em parceria com o governo chinês. Em seguida, serão analisados os ODS e o rumo chinês em direção a essa agenda de desenvolvimento sustentável.

Inicialmente, é importante frisar que a China entende o desenvolvimento como a prioridade do país em termos de política externa e interna. Nesse sentido, os ODM e os ODS encontram-se conectados com essa estratégia chinesa.

Os ODM, então, foram objetivos sociais e econômicos decorrentes da Declaração do Milênio elaborada no ano 2000 em uma reunião entre os líderes mundiais na sede da ONU em Nova Iorque. Os oito objetivos delineados eram: 1) redução da pobreza, 2) atingir ensino básico universal, 3) igualdade entre os sexos e autonomia da mulher, 4) reduzir mortalidade infantil, 5) melhorar a saúde materna, 6) combater HIV/AIDS, malária e outras doenças, 7) garantir a sustentabilidade ambiental e 8) estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento (PNUD). Os objetivos deveriam ser atingidos até dezembro de 2015.

Considerando os referidos ODM, passa-se a analisar de que forma a China atuou na busca desses objetivos, com base no Relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD- de 2013 e no Relatório da Implementação dos ODM pela China (2000-2015) desenvolvido pela ONU juntamente com o Ministério das Relações Exteriores da China - MOFA.

É válido ressaltar que, em 2009, já era apontado por especialistas na área como Helen Clark, administradora internacional do PNUD, que a China possivelmente atingiria as metas propostas pelos ODM. Helen destacou avanços chineses na redução da extrema pobreza, na inclusão de meninas no ensino fundamental e na redução da mortalidade infantil, ou seja, nos objetivos de 1 a 4. Por outro lado, a questão do desafio climático foi apontado como fundamental a ser observado, demonstrando preocupações em relação ao objetivo 7. Ademais, apesar dos avanços, a desigualdade econômica na China ainda seria um grande desafio a ser superado (PNUD)[10].

Corroborando com o exposto, em 2013, no Relatório da ONU sobre os ODM, há menção à redução das taxas de pobreza extrema dos países em desenvolvimento, sendo a China a grande líder nos avanços. A pobreza extrema baixou de 60 % em 1990 para 16% em 2005 e 12% em 2010 (PNUD, 2013). A China apresentou também melhorias no setor de saneamento básico, aspecto relevante para aos objetivos 6 e 7 (PNUD, 2013).

A partir do Relatório sobre a Implementação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

[10] Disponível em: <http://www.pnud.org.br/Noticia.aspx?id=2202 > Acesso em: 07 jun. 2016.

da China (2000-2015), é possível detalhar mais os avanços chineses em cada objetivo e suas respectivas metas. Assim, o referido relatório aponta que a China alcançou progresso em muitas áreas, tais como, eliminação da pobreza e da fome, promoção da educação primária universal, cuidado com a saúde das mulheres e crianças, controle e prevenção de doenças e proteção ambiental (ONU/MOFA, 2015). Além disso, a China ofereceu suporte e ajuda para mais de 120 países em desenvolvimento para a implementação dos ODM[11], estratégia essa de fundamental importância para os processos de cooperação sul-sul e para o objetivo 8.

Considerando o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) como medidor do progresso chinês na promoção do desenvolvimento no país, tem-se que a China saiu de 0.407 em 1980 para 0.719 em 2013 (PNUD)[12]. Em 2014, o IDH chinês cresceu um pouco mais, indo a 0.727 (PNUD)[13]. Reforçando esse dado, tem-se que 439 milhões de pessoas saíram da pobreza entre 1990 e 2011 na China (ONU/MOFA, 2015).

A fim de sistematizar cada ODM com o que a China alcançou, tem-se o quadro abaixo:

[11] Disponível em: <http://br.chineseembassy.org/por/szxw/t1284853.htm > Acesso em: 07 jun. 2016.

[12] Disponível em: < http://www.cn.undp.org/content/china/en/home/countryinfo/ > Acesso em: 07 jun. 2016.

[13] Disponível em: < http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr_2015_statistical_annex.pdf > Acesso em: 16 jun. 2016.

Quadro 1: ODM e desempenho chinês.

Objetivos	Situação atual (2015)
1) Erradicação da extrema pobreza e da fome	
1.a) Reduzir pela metade, entre 1990 e 2015, a proporção de pessoas cujo rendimento é inferior a US $ 1,25 por dia	Alcançado
1.b) Alcançar o emprego pleno e produtivo e trabalho digno para todos, incluindo mulheres e jovens	Relativamente alcançado
1.c) Reduzir pela metade, entre 1990 e 2015, a proporção de pessoas que sofrem de fome	Alcançado
2) Alcançar a educação primária universal	
2.a) Garantir que, até 2015, todas as crianças, meninos e meninas da mesma forma, sejam capazes de concluir um curso completo do ensino primário	Alcançado
3) Promover igualdade de gênero e empoderamento feminino	
3.a) Eliminar a disparidade de gênero no ensino primário e ensino secundário, de preferência até 2005, e em todos os níveis de educação até 2015	Alcançado
4) Reduzir a mortalidade infantil	
4.a) Reduzir em dois terços, entre 1990 e 2015, a taxa de mortalidade de menores de cinco anos	Alcançado
5) Promover a saúde materna	
5.a) Reduzir em três quartos a taxa mortalidade materna	Alcançado
5.b) Alcançar o acesso universal à saúde reprodutiva	Relativamente alcançado
6) Combate a HIV, malária e outros doenças	
6.a) Até 2015, parar e começar a reverter a propagação do HIV / AIDS	Relativamente alcançado
6.b) Alcançar, até 2010, o acesso universal ao tratamento para HIV / SIDA para todos aqueles que precisam dela	Relativamente alcançado

6.c) Até 2015, parar e começar a reverter a incidência da malária e de outras doenças graves	Relativamente alcançado
7) Garantir a sustentabilidade ambiental	
7.a) Integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas nacionais e reverter a perda de recursos ambientais	Relativamente alcançado
7.b) Reduzir a perda de biodiversidade e alcançar, até 2010, uma redução significativa na taxa de perda	Não realizado
7.c) Reduzir para metade, até 2015, a proporção da população sem acesso sustentável à água potável segura e saneamento básico	Relativamente alcançado
7.d) Alcançar, até 2020, uma melhoria significativa nas condições de vida de cerca de 100 milhões de habitantes de bairros degradados	Em andamento (provável de ser alcançado)
8) Desenvolver uma parceria mundial para o desenvolvimento	_____[14]

Fonte: (ONU/MOFA, 2015:9-10). Tradução livre.

[14] Apesar de o objetivo 8 não ter sido avaliado na tabela reproduzida, os dados do relatório indicam que a China vem atuando positivamente para a consecução de todas as metas referentes a esse objetivo.

De acordo com o quadro acima, nota-se que a China realmente conseguiu avançar muito na agenda do desenvolvimento, considerando as metas propostas pelos ODM. Aponta-se, por outro lado, a visão de Constantine e Pontual (2015) de que as conquistas chinesas com os ODM seriam decorrentes mais da política nacional do país que dos enquadramentos internacionais propostos pelos ODM. Isso pode ser evidenciado pela estratégia de desenvolvimento bem definida da China.

Ainda com base no quadro supramencionado, observa-se que a grande área desafiadora para a China é o objetivo 7, consubstanciado na garantia da sustentabilidade ambiental. Nesse âmbito, a iniciativa de reduzir a perda da biodiversidade até 2010 não foi alcançada. As metas de integrar princípios de desenvolvimento sustentável com políticas nacionais e reverter perda de recursos ambientais, bem como reduzir pela metade a população sem acesso a água potável e saneamento básico foram relativamente alcançadas. Ainda há a meta de melhoria nas condições de vida das populações de bairros degradados até 2020 que, apesar de provável, ainda se espera o resultado.

Os desafios chineses no que se refere aos ODM e, consequentemente, no que tange à implementação futura dos ODS são: a persistência da pobreza e o receio de que populações retiradas da linha da pobreza retornem a essa situação; a necessidade de promoção da segurança alimentar; lidar com as diferenças no âmbito rural e urbano no que tange à educação, saúde – materna e infantil -, alimentação e tratamento de água; enfrentar a violência contra a mulher e as desigualdades em termos de emprego e educação; atender grupos vulneráveis e marginais; promover a prevenção da AIDS, malária e doenças crônicas, por meio, por exemplo, de maior integração departamental e gerenciamento do sistema médico; atuar no sentido de melhorias da proteção ambiental, do sistema ecológico chinês, do tratamento do lixo; e, ainda, aprender a gerenciar a dicotomia desenvolvimento *versus* proteção ambiental (ONU/MOFA, 2015).

A partir dos ODM, foram delineados os ODS que, em 25 de setembro de 2015, foram aprovados na Cúpula da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável. Os ODS também estão voltados para o desenvolvimento, são pautados numa vasta agenda centrada em objetivos econômicos, sociais e ambientais e carregam consigo o fato de o processo de elaboração ter sido mais inclusivo, como se verifica pela participação ativa dos membros dos BRICS (Constantine e Pontual, 2015). Nesse sentido, foram definidos 17 objetivos[15] e 169 metas (PNUD).

[15] 1) Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares; 2) Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável; 3) Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades; 4) Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos; 5) Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas; 6) Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e o saneamento para todos ; 7) Assegurar a todos o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia; 8) Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos; 9) Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação; 10) Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles; 11) Tornar

A relação entre os ODS e os países emergentes leva-nos a questionamentos pertinentes sobre como aplicar o princípio da responsabilidade comum, porém diferenciada, influenciar a agenda dos países desenvolvidos na promoção do desenvolvimento e de que forma é possível alcançar o desenvolvimento sustentável em meio às necessidades de crescimento (Constantine e Pontual, 2015). Pontos esses que se encontram entre as preocupações chinesas.

Desse modo, no que tange aos ODS, a China pretende continuar trilhando os caminhos já alcançados com os ODM e associar a implementação da Agenda de Desenvolvimento Pós-2015 com as estratégias de desenvolvimento nacionais (ONU/MOFA, 2015). É importante frisar que, apesar dos avanços chineses, ainda há um grande distanciamento em relação aos países desenvolvidos; além disso, os processos de industrialização e urbanização na China ainda estão em constante crescimento, refletindo em desafios futuros para o país (ONU/MOFA, 2015). Nesse sentido, os ODS mostram-se fundamentais para a China.

A China vem se empenhando na busca da sustentabilidade do país, ponto que perpassa vários ODS, e isso pode ser notado, por exemplo, com a transformação de Rizhao na China em uma cidade abastecida por energia solar, na qual 99% da população em seus distritos centrais tem aquecedores de água com energia solar (ONU[16]). Contudo, os desafios chineses em face dos ODS são enormes, como é possível observar na questão dos mares, pois, segundo o Relatório de Desenvolvimento Oceânico da China 2015, mais de 15% das águas costeiras chinesas são impróprias para contato humano direto (PNUD)[17].

Portanto, à luz do exposto, percebem-se os interesses chineses de manutenção das políticas de desenvolvimento por meio dos objetivos propostos pelos ODS, assim como ocorreu na promoção dos ODM. Contudo, a China terá que enfrentar o grande desafio, que é ser um país em crescimento em meio à necessidade de promoção do desenvolvimento.

Referencias

Constantine, J. e Pontual, M. (2015). Understanding the Rising Powers' Contribution to the Sustainable

as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis; 12) Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis; 13) Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e os seus impactos; 14) Conservar e usar sustentavelmente os oceanos, os mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável; 15) Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade; 16) Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis; 17) Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável (PNUD).

[16] Disponível em: <https://nacoesunidas.org/conheca-os-novos-17-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-da-onu/ > Acesso em: 8 jun. 2016.

[17] Disponível em: < http://www.cn.undp.org/content/china/en/home/presscenter/op-eds/2015/11/nations-need-to-bind-for-oceans.html > Acesso em: 10 jun. 2016.

Development Goals. *Institute of Development Studies*. Issue 9, Mar.

Embaixada Chinesa do Brasil. (2016). Disponível em: http://br.chineseembassy.org/por/szxw/t1284853.htm Accesso em: 08 jun. 2016.

ONU. (2016). 17 Objetivos de Desenvolvimiento Sustentavel da ONU. Disponível em: https://nacoesunidas.org/conheca-os-novos-17-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-da-onu/ Accesso em: 8 jun. 2016.

ONU/MOFA. (2015). Relatório sobre a Implementação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio da China (2000-2015). Disponível em: < http://www.cn.undp.org/content/dam/china/docs/Publications/UNDP-CH-SSC-MDG2015_English.pdf Acesso em: 08 jun. 2016.

PNUD. (2016). Disponível em: http://www.pnud.org.br/odm.aspx Acesso em: 07 jun. 2016.

_____. Disponível em: http://www.pnud.org.br/Noticia.aspx?id=2202 Acesso em: 07 jun. 2016.

_____. Disponível em: http://www.cn.undp.org/content/china/en/home/countryinfo Acesso em: 07 jun. 2016.

_____. Disponível em: http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr_2015_statistical_annex.pdf Acesso em: 16 jun. 2016.

PNUD. (2013). Relatório sobre os ODM. Disponível em: http://www.un.org/millenniumgoals/pdf/report-2013/mdg-report-2013-english.pdf Acesso em: 07 jun. 2016.

Source: Southafrica.be

The role of South Africa in regional trade blocs

Francesca Mercurio[18]

Natalia N. Fingermann[19]

The Economist has recently published a provocative article about the Tripartite Free Trade Area (TFTA) negotiated between three trade blocs in Africa: the East African Community (EAC)[20], the Southern African Development Community (SADC)[21] and the Common Market for Eastern and Southern

[18] PhD candidate in International Relations at Universidade de São Paulo (IRI- USP). Masters in International Relations at Universidade do Minho and Bachelors in Scienze politiche- Studi Internazionali at Universitá di Bologna.

[19] Professor at the International Relations School of Universidade Católica de Santos (UNISANTOS). PhD in Public Management and Government at FGV-SP. Masters in Social Development at University of Sussex and Bachelors in International Relations at PUC-SP.

[20] East African Community involves the following countries: Burundi, Kenya, Rwanda, South Sudan, Tanzania, and Uganda.

[21] Southern African Development Community involves Angola, Botswana, Democratic Republic of the Congo, Lesotho, Madagascar, Malawi, Mauritius, Mozambique, Namibia, Seychelles, South Africa, Swaziland, Tanzania, Zambia and Zimbabwe.

Africa (COMESA)[22]. According to the magazine, TFTA seems to be a good regional initiative, but the main question is: Will it be implemented? As the Economist highlights intra- regional trade in Africa still is a small percentage of domestic economies, once the average tariff rate stands at 8.7%, much higher than the 2.5% overseas average tariff rate (Economist, 2016). Besides that, the article points out other three problems surrounding TFTA initiative: lack of infrastructure, expensive bureaucracy and few significant manufacture bases in the countries involved (Ibid, 2016). In the context of South African foreign policy, however, TFTA seems to meet local political will as South Africa main goal is to go beyond SADC region, even though it may be uncertain the real benefits of TFTA to South African business.

South Africa is recognized as a middle power in the international system, recently included in the BRIC- Brazil, Russia, India and China (as of 2011), which aimed at launching the African continent as a global platform to business (Emmers, 2014; Hengari, 2014). In last decades, South Africa development agenda has attempted to promote its domestic economy as well as to replace both the country and the whole African continent in the international politics, which would allow it to compete in a more globalized world (Plessis et al. 2016).

Through "diplomacy of Ubuntu", led by Nelson Mandela (apud. Hengari, 2014), South Africa has linked its normative and domestic agenda to build closer ties with African countries (Nganje, 2014). The country, mainly moved by economic interests, has pushed the creation of regional integration projects with neighbor states. Since the 1990s, the country´s commitment to democracy, human rights, development and independence from external forces has contributed to shape a positive image of the country, both continentally and internationally. As a consequence of this policy, South Africa has worked to strengthen regional institutional framework, leading several initiatives, such as the promotion and the transformation of the African Union (AU), the formalization of New Partnership for Africa's Development (NEPAD) and the reform of SADC (South African Development Community), in 2001, which intends to reach a wider scope (Hengari, 2014; Nganje, 2014).

Although the new SADC has emphasized the need of implementing a common trade, a coherent industrial policy and a developed regional infrastructure in order to create value chains across the fifth-teen member states, (Hengari, 2014), one may notice that South Africa's leadership has also created difficulties to SADC members. As the country's better conditions have raised SADC´s average trade rate with non-members countries. Therefore, a recent article published by the South African Institute of International Affairs (SAIIA, 2015) states that although "the SADC has done better than the African average (…)

[22] Common Market for Eastern and Southern Africa includes Burundi, Comoros,, Democratic Republic of the Congo, Egypt, Eritrea, Ethiopia, Kenya, Libya, Madagascar, Malawi, Mauritius, Rwanda, Seychelles, Sudan, Uganda,, Zambia and Zimbabwe.

Intra-Africa trade – at around 10 percent – is very low" .

As for Nganje (2014), South Africa predominant role in the regional projects has gradually become less assertive in the exercise of regional responsibility, with severe implications for SADC's development integration project. Nganje (2014) affirms that this attitude has resulted in many challenges to SADC's members in all levels: continental, multilateral and global. For example, South Africa's engagement with emerging economies, the rise of mega-regionals and, possibly, the Economic Partnership Agreements signed bilaterally with extra-regional actors are seen as barriers factors, which do not support regional integration (SAIIA; 2015).

Source: Mapsoftheworld.com

In fact, the reluctance of South Africa to assume a more prominent role in the Southern Africa has led to a negative image of the country in the region, as many countries still put into question the legitimacy of South Africa's leadership, once "there is a tendency of its large business sector to aggressively expand into the region and to replicate the ills of global capitalism regarding a blatant exploitation of labourers and small suppliers of goods as well as an expropriation of profit back to South Africa" (Zondi, 2011: 8). In other words, South Africa is often perceived as a potential sub-imperialist player. The low interest in strengthening the regional integration process has contributed to this perception, once regional process has reproduced the logic of economic liberalisation, rather than an ideological and political orientation towards the whole African welfare (Nganje, 2014). In sum, South Africa appears only inclined to engage in regional projects when those projects serve its own interests, rather than SADC´s overall interests (Emmers, 2014). In some circumstances South Africa has also played a persuasive or aggressive role to change the assumed positions of other member states. The case of Namibia is a good example. South Africa has threatened to cut down its financial support to Namibia if the country chose to leave SADC. Therefore, although the role of South Africa in SADC is significant, regional integration mechanisms have only been implemented when South Africa was truly committed to them.

Source: South African Presidency

The political will of South African leaders on TFTA shows that SADC integration agenda does not represent a priority to the country any more. Since SADC as a trade block has not substantially contributed to the growth of South African economy, as only South Africa accounts for 60% of SADC's total trade. In addition, SADC has many structural shortages, such as inadequate infrastructure, low trade complementarity between members, high cost bureaucracy, that make difficult to reach a higher intra-regional trade (Cleary, 1999). Thus, it not a surprise that South Africa has turned its attention and interests beyond the SADC partners, aiming to achieve more trade benefits as well as increase its presence and prestige in a broader concept of the region (Emmers, 2014).

Moreover, South Africa trade has grown within Africa in last years. Nevertheless, trade increase has been mainly based on bilateral agreements. For instance, South Africa bilateral trade with Africa has augmented from US$ 15.2 billion in 2009 to US$ 32.9 billion in 2015, representing 19.7% of total bilateral trade in 2015, versus 12.9% in 2009 (SAIIA, 2016). This increase indicates that South African government has relied more on bilateral agreements than regional agreements to expand its presence in Africa, even though South African exports to SADC has increased 10% between 2004 and 2014 (SA OPEN DATA, 2016). In a very short time, South Africa has reinforced its "go it alone" approach by negotiating partnerships and agreements with other countries and trade blocks, in order to increase its role in the international system (Amos, 2010). As a result, a new wave of bilateralism arose and developed through (Emmers, 2014):

- Trade Development and Cooperation Agreement with the EU. This agreement has violated the SADC regional integration agreements, which stipulated that such external trade agreements should be approved by all SADC members, as there are implications within the entire region. SADC's anxiety for EU goods' circulation in the regional market was confirmed when once these products entered the common market, they were impossible to control;
- European Free Trade Area (EFTA) engagement;
- MERCOSUR- South Africa bilateral relations;
- Bilateral relations with India, China and the BRICS in general, which became very active in the African continent. Furthermore, this commitment has increased since the creation of the New Development Bank of BRICS, which may indicate a major inconsistence, as it may result in the reduction of SADC's role in the development of the continent.

In conclusion, South Africa's bilateral relations have been used to shape certain outcomes that have reflected a change in the country´s foreign policy both regionally and internationally. If the region still is considered a priority, there is a caveat, with certain policy

documents arguing that South African policy-making should not neglect other partners in order to become a recognized middle power, with a proper influence in global political economy affairs (Hengari, 2014). The South African government needs to reprioritise SADC in its foreign policy, before going on with TFTA initiative within SADC's members. So, the government should ensure that other foreign policy priorities do not undermine SADC's development vision, but instead the government must constantly reinforce it. As for TFTA works, South Africa may have to deal with several structural problems (infrastructure flaws, bureaucracy, so on), which the country has tried to avoid since the origin of SADC (Nganje, 2014).

References

Amos, S. (2010) The role of South Africa in SADC regional integration: the making or breaking of the organization. *Journal of International Commercial Law and Technology* Vol. 5, Issue 3.

Cleary, S. (1999). Regional Integration and the South African Development Community. *Journal of Public and International Affairs*, Vol. 10, Issue 1. Available at: https://www.princeton.edu/jpia/past-issues-1/1999/1.pdf

Economist (The). (2016). *Tear down these walls. Africa's internal trade deals look good on paper. A pity that they are rarely followed.* Published February 27th. Available at: http://www.economist.com/news/21693562-africas-internal-trade-deals-look-good-paper-pity-they-are-rarely

Emmers, J. (2014). *The Role of South Africa within SADC: promoting or obstructing regional integration.* Available at: https://www.academia.edu/10230461/The_Role_of_South_Africa_within_SADC_promoting_or_obstructing_regional_integration

Kornegay, Jr. F. (2014). BRICS, Mega-Regional FTAs and South Africa's Trade Strategy. S*AIIA Occasional Paper*, n°191. Available at: http://www.saiia.org.za/occasional-papers/538-brics-mega-regional-ftas-and-south-africa-s-trade-strategy/file

Maringwa, J. (2009). SADC Regional Integration: What Role has Bilateral Trade Agreements Played in Promoting Intra-Regional Trade? *Trade Policy and Trade Flows Analysis. TIPS AusAID.* http://www.sadctrade.org/files/_Maringwa.pdf

Nganje, F. (2014). South Africa and SADC: Options for Constructive Regional Leadership. *IGD- Institute for Global Dialogue*, Issue 105. Available at: http://www.igd.org.za/jdownloads/SADC%20Publications/policy_brief_-_sa_and_sadc.pdf

SAIIA. (2015). *Regional choices, global context: Opportunities for Southern Africa.* Available at:http://www.saiia.org.za/events/regional-choices-global-context-opportunities-for-southern-africa

Plessis (du) et al. (2016). 'The Africa We Want': Unpacking the primacy of Africa in South Africa's foreign policy. *SAIIA* May 4th. Available at: http://www.saiia.org.za/news/the-africa-we-want-unpacking-the-primacy-of-africa-in-south-africas-foreign-policy

SA OPEN DATA. (2015). Merchandise trade matrix, imports and exports of total all products, annual, 1995-2014. *South Africa Data Portal.* Available at; http://southafrica.opendataforafrica.org/lrxpzob/merchandise-trade-matrix-imports-and-exports-of-total-

all-products-annual-1995-2014?action=download&distinctId=155457e2f8c8-0f66b45fa87de88-42574331-100200-155457e2f8e1

Zondi, S. (2011). South Africa in Southern Africa: A Perspective. FES- Peace and Security Series n°8. Available at: http://library.fes.de/pdf-files/bueros/mosambik/09403-no-8.pdf

Cronología

BRASIL

Data	Informações	Fonte
13 Maio 2016	**Nota 177** **Declarações do Secretário-Geral da UNASUL sobre a situação interna no Brasil**	http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/14024-declaracoes-do-secretario-geral-da-unasul-sobre-a-situacao-interna-no-brasil
13 Maio 2016	**Nota 176** **Manifestações sobre a situação interna no Brasil**	http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/14023-manifestacoes-sobre-a-situacao-interna-no-brasil
16 Maio 2016	**Nota 179** **Declarações do governo de El Salvador sobre a situação interna no Brasil**	http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/14032-declaracoes-do-governo-de-el-salvador-sobre-a-situacao-interna-no-brasil
17 Maio 2016	**O Brasil, a região e a encruzilhada da Venezuela** **EUA, Colômbia e Argentina observam crise brasileira, mas estão muito atentos para a possibilidade de uma tempestade ainda mais perigosa, a venezuelana**	http://brasil.elpais.com/brasil/2016/05/16/internacional/1463435956_410671.html

18 Maio 2016	**Nota 180** **Discurso do ministro José Serra por ocasião da cerimônia de transmissão do cargo de ministro de estado das Relações Exteriores – Brasília, 18 de maio de 2016**	http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/14043-discurso-do-ministro-jose-serra-por-ocasiao-da-cerimonia-de-transmissao-do-cargo-de-ministro-de-estado-das-relacoes-exteriores-brasilia-18-de-maio-de-2016
23 Maio 2016	**Nota 184** **Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina para a Criação do Mecanismo de Coordenação Política Brasil-Argentina – Buenos Aires, 23 de maio de 2016**	http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/14058-memorando-de-entendimento-entre-o-governo-da-republica-federativa-do-brasil-e-o-governo-da-republica-argentina-para-a-criacao-do-mecanismo-de-coordenacao-politica-brasil-argentina
24 Maio 2016	**Sob protestos, José Serra viaja à Argentina para fazer de Macri o grande sócio de Temer** **Chanceler se reúne com presidente da Argentina, o único na região que dá respaldo ao processo brasileiro**	http://brasil.elpais.com/brasil/2016/05/23/internacional/1464020120_235339.html
25 Maio 2016	**José Serra instrui diplomatas a defender Governo Temer contra tese do "golpe"** **Chanceler lança circular para que servidores rebatam acusação de Dilma de que processo foi irregular**	http://brasil.elpais.com/brasil/2016/05/25/politica/1464186364_250225.html
30 Maio 2016	**Nota 194** **Resposta do ministro José Serra ao jornal Financial Times a propósito de artigo sobre o Mercosul**	http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/14105-resposta-do-ministro-jose-serra-ao-jornal-financial-times-a-proposito-de-artigo-sobre-o-mercosul
2 Junho 2016	**Nota 200** **Discurso do Ministro José Serra durante a Reunião Ministerial da Organização Mundial de Comércio (OMC) – Paris, 2 de junho de 2016**	http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/14135-discurso-do-ministro-jose-serra-durante-a-sessao-reforcando-a-contribuicao-do-comercio-e-do-investimento-para-o-crescimento-inclusivo-da-reuniao-do-conselho-ministerial-da-ocde-paris-2-de-junho-de-2016
6 Junho 2016	**Nota 204** **Situação na Venezuela: a radicalização política, o aprofundamento da crise econômica e o contínuo agravamento da situação humanitária e dos direitos humanos, inclusive das prisões arbitrárias. Preocupa ao governo interino do**	http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/14145-situacao-na-venezuela-2

	Brasil o sofrimento do povo venezuelano devido ao desabastecimento alimentar, à superinflação e ao colapso da oferta de medicamentos.	
9 Junho 2016	**Nota 213** **Incidente na Venezuela: o governo brasileiro manifesta sua preocupação com as agressões sofridas por parlamentares em Caracas**	http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/14201-incidente-na-venezuela
9 Junho 2016	**Nota 211** **Decisão do Conselho Executivo da UNESCO sobre o patrimônio cultural nos territórios ocupados**	http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/14191-decisao-do-conselho-executivo-da-unesco-sobre-o-patrimonio-cultural-nos-territorios-ocupados
20 Junho 2016	Itamaraty deve rever tarifa externa comum do Mercosul, diz Serra	http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/06/1783551-itamaraty-deve-rever-tarifa-externa-comum-do-mercosul-diz-serra.shtml
20 Junho 2016	Serra diz que Itamaraty deveria ter área dedicada à relação do Brasil com a China O ministro das Relações Exteriores, José Serra, ressaltou nesta segunda-feira, 20, a importância da ampliação das relações comerciais entre a China e o Brasil. Maior parceiro comercial do País, a nação asiática deveria ter, segundo Serra, uma área dedicada dentro do Itamaraty	http://www.parana-online.com.br/editoria/economia/news/962031/?noticia=SERRA+DIZ+QUE+ITAMARATY+DEVERIA+TER+AREA+DEDICADA+A+RELACAO+DO+BRASIL+COM+A+CHINA

RUSIA

Fecha	Detalle	Fuente
29/06/2016	**Crimeia, a obsessão de Putin** Dois anos depois da irrupção de um conflito que agitou o fantasma da Guerra Fria, a Rússia exibe na Crimeia suas glórias imperiais. A incorporação ao império dos czares pôs fim a 300 anos de domínio tártaro, a etnia de religião muçulmana que havia estabelecido na península o seu Canato, um reino governado por um soberano, o cã, e submetido às ambições opostas de otomanos e russos. Em 1954, em uma redistribuição territorial interna, os dirigentes da URSS transferiram a Crimeia da república federada da Rússia para a da Ucrânia e, como parte desse país, foi reconhecida pela comunidade internacional, incluindo a própria Rússia, em 1991, durante a desintegração do Estado soviético. Moscou fundamenta seu atual domínio na Crimeia em um referendo de 16 de março de 2014, realizado sob controle militar russo e não reconhecido pela Assembleia Geral da ONU	http://brasil.elpais.com/
29/06/2016	**Rússia teme "aumento significativo" da presença da NATO no leste da Europa** A presença da NATO na Europa de leste poderá "aumentar significativamente" depois da próxima cimeira da Aliança em Varsóvia, nos próximos dias 08 e 09 de julho, estimou hoje o ministro russo da Defesa, Sergei Shoigu. "Não excluímos que a atividade e a	http://www.dn.pt/

	presença militar da NATO junto à fronteira russa aumentará significativamente depois da cimeira de Varsóvia", disse o governante russo. A Rússia tem-se insurgido reiteradamente contra o reforço da presença da Aliança Atlântica nesta zona.	
24/06/2016	**OTAN enfrenta risco de guerra com Rússia** Wolfgang Ischinger, presidente da Conferência de Segurança, informou em entrevista ao canal de televisão NDR sobre o perigo de escalação das relações com a Rússia. "O perigo de que a escalação possa resultar em combates é hoje mais elevado do que foi nos últimos 25 anos, ou seja, nos anos oitenta", disse ele.O diplomata alemão acrescentou igualmente que as relações com a Rússia não se devem basear na "demonstração da força militar". Segundo ele, o Ocidente deve mostrar uma "prontidão para o diálogo, regulação da situação, regresso às negociações para controle dos armamentos e formação da confiança".	http://br.sputniknews.com/
18/06/2016	**Putin: se a Otan se rearmar, seremos obrigados a responder.** Em entrevista o Presidente Russo afirmou "Digo que o mundo está livre de grandes guerras, e todos o sabemos, graças ao equilíbrio estratégico militar conseguido depois que duas superpotências nucleares concordaram em conter o crescimento de armamentos ofensivos e dos sistemas de defesa antimísseis. Porque todos entendem que se uma parte tem mais sucesso no desenvolvimento de sua defesa antimísseis, obtém vantagem e sente a tentação de usar esse armamento primeiro. Por isso se tenta uma pedra fundamental da segurança mundial. Não quero renhir nem culpar ninguém, mas quando nossos parceiros americanos saíram unilateralmente desse tratado, foi o primeiro golpe na estabilidade mundial da perspectiva de uma ruptura do equilíbrio de forças.	http://exame.abril.com.br/

INDIA

Date	Details	Source
02/05/2016	**We need to develop legal capacity to contest WTO cases: Rita Teaotia** Not only India but every developing country needs to have the capacity to contest trade disputes at WTO, says the Commerce Secretary. For that reason, the country is supporting domestic firms so they can participate in international disputes. India is a very active participant in WTO's dispute settlement. 22 disputes as complainant, 23 as respondents and 100 as third party.	http://economictimes.indiatimes.com/articleshow/52074915.cms?utm_source=contentofinterest&utm_medium=text&utm_campaign=cppst
03/05/2016	**Non-trade issues at WTO, lack of legal experts worry India** Commerce Secretary Rita Teaotia said that there is a lack of trade law experts to represent India in WTO disputes settlements and that the developing world is having difficulties in bringing to the institution discussions that include non-trade issues such as	http://www.thehindu.com/business/Economy/nontrade-issues-at-wto-lack-of-legal-experts-worry-india/article8548230.ece

	labour and environment.	
04/05/2016	**India ratifies TFA pact of WTO** Minister of State for Commerce and Industry Nirmala Sitharaman wrote a reply to the upper house of Indian parliament saying that India ratified the Trade Facilitation Agreement (TFA) in April 22, 2016. She said that the TFA agreement will help improving border procedures and will help boost economic growth. She also said that in Nairobi Ministerial Conference some agricultural issues and issues of importance of developing countries and least developed countries were adopted.	http://timesofindia.indiatimes.com/city/delhi/India-ratifies-TFA-pact-of-WTO/articleshow/52109379.cms
11/05/2016	**India to file 16 cases against US for WTO treaty violation** India will file 16 cases against the USA for violating WTO treaties in some energy sector programmes. Sitharman said that some renewable energy programmes does not respect the subsidies agreement at WTO. India in under a priority watch list under the US Special 301 concerning intelectual property rights (IPR), what she thinks it is innadequate.	http://timesofindia.indiatimes.com/india/India-to-file-16-cases-against-US-for-WTO-treaty-violation/articleshow/52223020.cms
18/05/2016	**Why Brazil matters - RICHARD BOURNE and KRISHNAN SRINIVASAN** Under Lula da Silva Government, Brazil built alliances of developing states that emphasized South-South cooperation with strong undertones of anti-Americanism. With leadership crisis in South Africa and Brazil, the efficacy of BRICS, IBSA and BASIC has become precarious. The collateral damage to Brazil's international reputation is immense after scandals of Petrobras. The impact of the Brazilian political crisis on global politics has been damaging because the world needs the contribution of the region's largest country. Russia, China and India are probably afraid of what is the future of this country after making so many economic commitments. As Rousseff does not have any charisma or popularity, maybe it is better to Delhi not to give public support. The other members of groups like BRICS, BASIC and IBSA will have to wait for a successor leader to emerge from the PT — one who has an unimpeachable record of public service and a similar proactive attitude towards Third World solidarity. The wait may prove to be a long one.	http://www.thehindu.com/opinion/columns/world-view-why-brazil-matters/article8612209.ece
31/05/2016	**India chasing free trade agreements with Israel, Gulf & Eurasia**	http://economictimes.indiatimes.com/articleshow/525

	Nirmala Sitharaman said that after Nairobi the developed countries were able to withdraw their export subsidies. India is working on new free trade agreement with some developed and developing countries. On the other side, India is collecting data to analyse how to stop injury imports from China. India has already initiated 322 anti-dumping cases out of wchich 177 involve China.	12655.cms?utm_source=contentofinterest&utm_medium=text&utm_campaign=cppst
02/06/2016	**India, EU aim to break Free Trade Agreement impasse** The Minister Sitharaman will meet EU Commissioner for Trade to discuss the revival of India-EU Free Trade Agreement. The agreement has died in 2013 after 6 years in negotiations. EU wants India to eliminate duties on automobiles, wines and spirits. India wants data security status and facilitation on temporary movement of professionals. Meeting had taken place this year in January and February. India is intending to terminate Bilateral Investment Treaties with many EU-members. India wants to propose a new model.	http://www.thehindu.com/business/Industry/india-eu-aim-to-break-free-trade-agreement-impasse/article8677993.ece
07/06/2016	**Clear the air on FDI in retail - Editorial** The requirement of certain proportion of domestic content in products has inhibited FDI inflow; The government is considering exempting Apple in India of this clause. However, they believe it should end for every purpose. It is counterproductive and open to charges of arbitrariness. While the government decides what kind of business i sable to receive the benefits of these exemption it is not fair.	http://www.thehindu.com/opinion/editorial/editorial-on-fdi-in-retail-clear-the-air-on-fdi-in-retail/article8697384.ece
07/06/2016	**India to submit services trade plan to WTO.** India will submit a proposal to WTO on TFA in services. The idea is to ease the global service trade, temporary software movement, accounting, medical and consulting professionals and other skilled workers. The WTO DG Roberto Azevedo welcomed the idea and the country should submit the proposal the earliest. This could help in case of disputes such as visa-related restrictions. India and US are currently in a WTO dispute because of visa fees. China is pushing for a TFA in investments, but the proposal has not received much support.	http://www.thehindu.com/business/Industry/india-to-submit-services-trade-plan-to-wto/article8701713.ece
08/06/2016	**India soon to place trade facilitation agreement bid before WTO.** India aims to develop a better global services trade	http://indianexpress.com/article/business/business-others/india-soon-to-place-trade-facilitation-

	framework as well as the TFA in goods. The country first presented the proposal to at the WTO ministerial conference in Nairobi. It will the first time the country formally put up a proposal at WTO.	agreement-bid-before-wto-2840255/
16/06/2016	**India, Brazil, China team up to push EU to change trademark law** India, Brasil, África do Sul, China e Indonésia started a partnership at WTO to put pressure on EU to make ammendments on trademark protection directive realeased recently, as is could harm pharmaceutical consignments. Delhi said that the new law violated the TRIPS agreement. Ex. Pharmaceutical consignments can bebanned if they have logos similar to any in EU countries. India fears that it is a new attempt to crack down on cheap generics from India as EU big pharmaceutical companies feel threatened.	http://www.thehindubusinessline.com/economy/india-brazil-china-team-up-to-push-eu-to-change-trademark-law/article8737629.ece
21/06/2016	**EUA e Índia ampliam uso de restrições ao comércio – USA and India increase the use of barriers to trade** WTO report showed that the G-20 countries had started 145 new measures that affect the global trade from october 2015 to may 2016, which means a 10% increase.	http://www.valor.com.br/internacional/4608149/eua-e-india-ampliam-uso-de-restricoes-ao-comercio
25/06/2016	**China comes to India's defence in WTO debate** China and other developing countries (Africa Group) supported India on degrading USA, EU and Canada for imposing barriers on short-term service providers such as software. Developed countries remained silent. China said that the proposal reflected common concerns of many countries.USA, EU and Canada opposed the Indian request.	http://www.livemint.com/Politics/YpgzJmUrzW8apKoabX0ZvI/China-comes-to-Indias-defence-in-WTO-debate.html

CHINA

ANO	FATO	FONTE
2000	-Criação da Declaração do Milênio, base para os ODM; -Inclusão plena do princípio do desenvolvimento sustentável na economia nacional e no desenvolvimento social da China.	ONU/MOFA, 2015. PNUD. <http://www.pnud.org.br/odm.aspx>
2001	-Mapa de rota para monitorar o progresso dos ODM	CINU- Centro de Informação das Nações Unidas. http://www.cinu.mx/minisitio/ODM8/docs/Cronolog%C3%ADa%202000-2008%20de%20los%20Objetivos%20de%20Desarrollo%20del%20Milenio%20de%20las%20Naciones%20Unidas.pdf
2002	-Conferência Internacional para Financiamento do Desenvolvimento (Monterrey, México) - Primeiro Informe Anual sobre os ODM	CINU- Centro de Informação das Nações Unidas.
2004	- Painel de Alto Nível sobre ameaças, objetivos e mudanças aponta a importância de redução da pobreza e consecução dos ODM	CINU- Centro de Informação das Nações Unidas.

2005	- Reunião na Assembleia Geral da ONU para tratar de temas de financiamento e ODM -Cúpula Mundial em Nova York: Revisão do progresso de 5 anos dos ODM	CINU- Centro de Informação das Nações Unidas.
2006	- ONU destaca importância de criação de empregos para obtenção dos ODM	CINU- Centro de Informação das Nações Unidas.
2007	- Ban Ki-Moon reconheceu os obstáculos da agenda dos ODM	CINU- Centro de Informação das Nações Unidas.
2008	- ONU informa os progressos e obstáculos dos ODM - Reunião dos dirigentes mundiais para renovar compromissos em face dos ODM até 2015	CINU- Centro de Informação das Nações Unidas.
2009	- Expectativa de que a China alcançaria os ODM em 2015. Foram constatados avanços na redução da pobreza, redução da mortalidade infantil e inclusão feminina no ensino fundamental e o grande desafio posto foi a necessidade de amenização das mudanças climáticas	PNUD. http://www.pnud.org.br/Noticia.aspx?id=2202
2013	- Relatório sobre os ODM (ONU)	http://www.un.org/millenniumgoals/pdf/report-2013/mdg-report-2013-english.pdf
2015	-Divulgação dos resultados dos ODM e lançamento dos ODS - Relatório sobre China e ODM (elaborado pela ONU e governo chinês)	http://www.un.org/millenniumgoals/2015_MDG_Report/pdf/MDG%202015%20rev%20(July%201).pdf http://www.cn.undp.org/content/dam/china/docs/Publications/UNDP-CH-SSC-MDG2015_English.pdf
2016	- Discussões e expectativas sobre os ODS -Lançamento pela ONU da *Southern Climate Partnership Incubator*, voltada para o estabelecimento de parcerias entre os países do Sul para lidar com os desafios do clima e os ODS	http://www.jornal.ceiri.com.br/nacoes-unidas-lancam-incubadora-para-paises-do-sul/

SOUTH AFRICA

Date	Details	Source
22nd February 2016	**2016: a year of milestones in SADC region** In 2016 SADC member states are expected to start the process of ratifying the agreement on Tripartite Free Trade Area (TFTA), signed in June 2015 among SADC, EAC and Comesa, to create an enlarged market from Cape to Cairo. South Africans expected to sign the agreement in June 2016 to join the other states of SADC that already did it. The SADC is looking at ways to benefit of the Chinese fund and finally begin the Economic Partnership Agreement with European Union, signed in 2014.	http://www.chronicle.co.zw/2016-a-year-of-milestones-in-sadc-region/
03rd May 2016	**Budget Vote Speech by the Minister of International Relations and Cooperation, H. E. Ms. Maite Nkoana-Mashabane, Cape Town.**	http://www.dfa.gov.za/docs/speeches/2016/mash0503.

	To achieve its national goals of eradicating poverty, lowering inequality, creating jobs and making transition to a resilient carbon economy, South African foreign relations must be driven by the country's domestic economic, political and social demands, as well as our regional, continental and global obligations. South Africa claims that there is a direct correlation between the growth of South Africa's diplomatic missions and the phenomenal expansion of trade and investment relations on both the African continent and in Asia and the Middle East. The same applies to the Americas and Europe. Hence, renewed efforts at ramping up industrialisation should be viewed within the overall framework of the SADC Industrialisation Strategy and Roadmap. The cooperative partnerships with emerging economies complement other existing platforms which we utilise to pursue the African Agenda. At the G77 South Africa was at the forefront of articulating and promoting the collective economic and developmental interests of the South within the UN System.	htm
04th May 2016	'The Africa We Want': Unpacking the primacy of Africa in South Africa's foreign policy Every year during its budget vote, DIRCO faces tough questions regarding its operations, its strategy and the overall cost-benefit analysis of its expenditures on South Africa's foreign relations. One cross-cutting issue remains the primacy of Africa in South Africa's international affairs. It is also evident that South Africa's normative goal of deepening its economic engagement in Africa is matched by the manner in which it deploys its resources. While the country maintains missions in all corners of the world, some of its most expensive missions remain in Africa (mainly Nigeria, Angola and Ethiopia).	http://www.saiia.org.za/news/the-africa-we-want-unpacking-the-primacy-of-africa-in-south-africas-foreign-policy
23th May 2016	Namibian business visa restrictions to hit bilateral trade with AS Namibia had decided to impose visa restrictions on the country's largest trading partner and export destination at a time when the South African Development Community (SADC) was pushing for the removal of regulations seen as barriers to the growth of bilateral trade between members	http://www.sabc.co.za/news/a/aa1db0004cddc504a448f4994b739371/Namibian-business-visa-restrictions-to-hit-bilateral-trade-with-SA-

	states.	20162305
27th May 2016	Bexit Lessons for SADC Agenda South Africa comes to mind and the recent xenophobic attacks on immigrants raised the red flag on some of the possible conflict scenarios that this noble integration agenda could present. SA is also the biggest financial contributor to SACU and most likely to the intended regional economy. The African states are all upbeat about integration plans guided by the Regional Indicative Strategic Development Plan (RISDP), adopted in 2003, which provides a broad strategy for implementing the organisation's policies over a 15-year timeframe (2005-2020). The African Union Agenda 2063 also seeks to integrate the regional economic communities (RECs) of the continent. EXactly like in the case of Great Britain and European Union, South-Africa is the one that less favours a total free trade of people and goods as it will means an increasing migration movement in the country and excessive dispenses for the bigger state of SADC.	http://www.times.co.sz/feature/108045-brexit-lessons-for-sadc-agenda.html
28th May 2016	Zambia South Africa Business Council launched President Edgar Lungu says the Zambia South Africa Business (ZSBC) council will no doubt complement government efforts in promoting trade and investment between the two countries. Mr. Lungu has however urged South African investors to take advantage of the investment opportunities in Zambia by investing in various economic sectors which offer a favourable rate of return for their investments.	https://www.lusakatimes.com/2016/05/28/zambia-south-africa-business-council-launched-2/
06th June 2016	Southern Africa: Angola On SADC Annual Meeting On Public Safety The main objective of the meeting of the public safety subcommittee of SADC political cooperation, defense and security body is to assess the degree of compliance of the recommendations from the previous meeting held in Pretoria (South Africa), in June 2015. The meeting will also examine the issue of bilateral protocols and visa suppression between	http://allafrica.com/stories/201606061304.html

	SADC member states.	
07th June 2016	SADC-EAC leaders push for operationalisation of Tripartite Free Trade Area by end of 2016 The Southern African Development Community and East African Community (SADC-EAC) will open the Common Market for Eastern and Southern Africa (COMESA) Tripartite Free Trade Area (FTA) before the end of 2016. However, the implementation of the idea is lagging behind because the three blocs and their members states have not yet harmonised their trade laws to the preferential free trade area status they signed to.	http://www.channelafrica.co.za/sabc/home/channelafrica/news/details?id=6666f377-320f-424b-a57a-ad5751fd6522&title=SADC-EAC%20leaders%20push%20for%20operationalisation%20of%20Tripartite%20Free%20Trade%20Area%20by%20end%20of%202016